

SINDICALISMO METALÚRGICO: MESMAS CENAS EM OUTROS CENÁRIOS ?¹

Nadya Araujo Castro^{II}

Uma curiosa sincronia de tempos e movimentos aproxima o sindicalismo metalúrgico baiano do paulista.

Isto parece contrariar certa interpretação corrente sobre os efeitos desmobilizadores de fatores como a precária configuração do mercado de trabalho, a resistência cultural do patronato e a fragilidade histórica da ação sindical nas áreas de expansão da indústria no Brasil. Para discutir essa hipótese o texto analisa o movimento sindical metalúrgico na Bahia, destacando três dimensões principais: (i) as características e transformações do parque produtivo, (ii) a trajetória da ação sindical local e (iii) a natureza da ação patronal.

O movimento sindical no Brasil, à diferença de outros países do continente, caracteriza-se por haver forjado em seu passado recente a capacidade de surgir na cena social como um ator relevante (Tourraine, 1989). Esse tipo de consideração suscita pelo menos duas ordens de reflexão. Por um lado, pode-se discutir a real capacidade desse ator social de exprimir-se não apenas veiculando demandas, mas produzindo decisões no interior do sistema político (ao modo, por exemplo, de Almeida, 1988). Por outro lado, pode-se indagar sobre o próprio processo de sua constituição, inquirindo como atores coletivos desenvolvem-se ao tempo em que se capacitam a cristalizar interesses (como Guimarães e Castro, 1988 e 1990).

A resposta revela-se complexa quando admitimos que os interes-

Este texto foi originalmente preparado para discussão no XIII Encontro Nacional da ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Caxambú, outubro de 1989). Agradeço o apoio técnico de Paula Cristina da Silva, Ana Maria Freitas Teixeira e Sandra Santo-Sé Guimarães e o apoio financeiro do CNPq e da FINEP. A versão atual deve muito aos comentários de Antonio Sérgio Guimarães e Michel Agier e à leitura cuidadosa dos pareceristas do *Caderno CRH*.

Professora Adjunta do Departamento e do Mestrado em Sociologia; pesquisadora do Centro de Recursos Humanos (CRH) da Universidade Federal da Bahia.

Caderno CRH, n. 14, p.73-95, Jan./Jul., 1991.

ses de classe não são puramente objetivos (no sentido de reflexos imediatos de restrições estruturais) e nem podem ser resumidos a interesses sempre e necessariamente incompatíveis, ao modo de um modelo "soma zero" (Elster, 1989). Aceitando-se, ao contrário, que as restrições estruturais determinam uma estrutura de *possibilidades* de opção que se abre aos atores (Przeworski, 1982 e 1989), como entender a complexidade dessa escolha numa realidade, como a brasileira, marcada por tão profundas heterogeneidades sociais?

No Brasil, a constituição do movimento sindical como um ator coletivo relevante tem sido estudada enfocando de modo quase exclusivo a mobilização dos trabalhadores *metalúrgicos* nos anos 70 no Sudeste; mais exatamente, no ABC paulista. Inúmeros estudos problematizaram os determinantes dessa constituição, buscando encontrar respostas plausíveis para o momento e local da sua emergência, para a natureza das suas demandas, para o caráter das suas práticas e para a especificidade dos coletivos que sustentaram tais ações (entre outros, Almeida, 1978 e 1988; Humphrey, 1982; Maroni, 1982; Abramo, 1988; Antunes, 1988).

Todavia, a própria natureza da expansão capitalista nas duas últimas décadas tem desafiado o pensamento acadêmico a entender o processo de constituição de um sindicalismo operário também nas áreas ditas "de fronteira". Os resultados empíricos de estudos sobre realidades tais como o Distrito Industrial de Manaus, o eixo químico do Nordeste (notadamente do IIº Pólo Petroquímico em Camaçari) ou a indústria automobilística em Minas Gerais, têm indicado a importância explicativa dos determinantes regionais no entendimento da estrutura de opções colocada para a emergência das classes em luta numa escala verdadeiramente nacional (Spindel, 1987; Guimarães e Castro, 1988; Guimarães, 1988; Le Ven e Neves, 1985; Le Ven, 1988).

De fato, essa problemática, longe de ser um desvio regionalista, nasce com as primeiras formulações acadêmicas sobre o chamado "novo sindicalismo". Em verdade, o argumento da heterogeneidade estrutural da classe operária brasileira sustentou algumas importantes e incrédulas considerações sobre a possibilidade de que os modernos segmentos operários, emergentes no Sudeste dos anos 70, viessem a representar interesses gerais, chegando a construir um verdadeiro discurso *de classe*, condição para aproximá-los dos demais trabalhadores, dispersos em outras latitudes geográficas e submetidos a modalidades diversas de gestão do trabalho.

Paralelamente, discutia-se "as condições para a assimilação desse conjunto de reivindicações extremamente avançadas, pelos diferentes setores da classe operária nas diversas regiões do país, onde a densidade da mão-de-obra empregada na indústria e seu peso na economia é muito menor do que no pólo de ponta da economia nacional" (Soares, 1985: 2).

Especificamente, no caso do sindicalismo operário no Nordeste, acreditava-se, à luz da análise do caso de Pernambuco, que a indus-

trialização regional dos anos 60/70 redefinira o perfil do parque e a composição da sua classe operária, rompendo setores tradicionais, reduzindo o peso relativo dos operários na população urbana e pulverizando trabalhadores entre inúmeras e dispersas unidades fabris, nas quais passara a preponderar uma tecnologia fortemente poupadora de mão-de-obra. Tudo isso agravado por particularidades regionais adversas como: a configuração do mercado de trabalho, a resistência cultural do patronato e a fragilidade histórica da ação sindical, sem expressão organizativa nos locais de trabalho. Esse conjunto de fatores dificultariam a construção de uma identidade operária, impedindo que os trabalhadores locais internalizassem as bandeiras do "novo sindicalismo" e que as incorporassem às suas práticas coletivas (Soares, 1985).

Neste trabalho pretendo inquirir sobre as possibilidades analíticas dessa linha de reflexão, explorando a dinâmica do movimento sindical metalúrgico à luz de um novo caso - o da Bahia

Mas por que os metalúrgicos *baianos*? Em primeiro lugar, porque a Bahia se constitui no espaço regional onde o modelo de expansão industrial induzida pela iniciativa governamental ganhou sua máxima expressão, configurando um caso limite na realidade nordestina¹.

Em segundo lugar, porque ali tiveram lugar outras intensas ondas industrializantes (a expansão petrolífera em fins dos 50 e a implantação do complexo petroquímico em fins dos 70), intimamente ligadas à dinâmica do segmento metal-mecânico (Kraychette, 1988: 14).

Finalmente porque, a partir de 1982 e especialmente entre 1985 e 1987 (ano em que eclode a primeira greve geral no parque) os metalúrgicos baianos pareceram reproduzir um caminho já previamente trilhado, entrando num trem da história que dera partida quase dez anos antes no ABC paulista

Será possível interpretar a emergência desses novos atores como representando a recorrência de velhas cenas em novos lugares? Por algum efeito de letargia, teriam as antigas práticas do "novo sindicalismo" emergido fora do seu tempo e lugar, fazendo dos metalúrgicos baianos dos anos 80 a reprodução caricata (em intensidade, qualidade e novidade) das ações sindicais do ABC paulista? Acredito que não.

Buscando demonstrá-lo, organizei a análise em torno de três eixos principais, a saber: (i) as características e transformações do parque produtivo metalúrgico, dimensão decisiva para o entendimento das reconfigurações no perfil dos coletivos operários; (ii) a trajetória da ação sindical local, isto é, a natureza da direção sindical e das práticas coletivas predominantes em cada um dos grandes momentos de sua história; isto permite recompor as imagens passadas que informam a ação coletiva presente, estruturando-a pela mediação das re-

¹Uma já extensa bibliografia (que revisei em Castro, 1988 e Guimarães e Castro, 1988 e 1990) procura caracterizar os efeitos dessa industrialização, diferenciando-os entre os vários sub-espacos regionais.

apresentações que os trabalhadores têm do seu sindicato e das suas direções; (iii) a natureza da ação patronal, pensada menos como um conjunto de políticas de gestão do trabalho e mais como práticas igualmente sujeitas às vicissitudes da heterogeneidade estrutural que atinge os trabalhadores, definindo os graus de liberdade com que cada um desses atores constrói as suas possibilidades de ação e interação com o outro.

1. OS NOVOS LUGARES ECONÔMICOS DAS CLASSES SOCIAIS

A produção metalúrgica e mecânica baiana construiu o seu perfil particular como tributária das ações governamentais, seja beneficiando-se da injeção direta de recursos do 34/18-FINOR, seja auferindo as vantagens locacionais de políticas setoriais específicas, como as relativas à desconcentração da indústria química num eixo nordestino.

Seus micro-complexos básicos de siderurgia e metalurgia não se beneficiam, como no eixo Rio-S.Paulo, da existência de estreitas e intensas relações com micro-complexos finais (Kraychete, 1988:12); tampouco o fazem os micro-complexos de máquinas e equipamentos. Assim sendo, as cadeias produtivas mostram-se fragmentadas, completando-se 'para trás' via importação de matérias-primas e componentes e "para frente" via exportação (Dahab, 1987).

- Disso redundam um parque pouco denso, tecnologicamente atrasado e escassamente integrado, ao menos quando comparado a outras localizações industriais do setor no Brasil. Além do mais, ele é fortemente marcado pelo peso das empresas de pequeno e médio porte, expressando, por isso mesmo, uma concentração operária incomparavelmente menor que aquela existente nas áreas de ponta do movimento sindical metalúrgico brasileiro.

Ademais, na indústria metalúrgica baiana são notáveis a heterogeneidade dos estabelecimentos (porte, processo produtivo, propriedade do capital, modalidade de gestão do trabalho...), a dispersão espacial das plantas e a heterogeneidade da força de trabalho (padrões de recrutamento, de salário, de relações de trabalho...).

Para se entender a natureza atual do parque, convém levar em conta como transcorreu o processo de sua constituição e como, no curso deste, reconfigurou-se o perfil da categoria, um dos elementos que estruturam as possibilidades de ação dos coletivos fabris.

Em verdade, durante toda a primeira metade deste século, o parque metalúrgico caracterizou-se por sua incipiência. Na Bahia, tanto quanto em todo o Nordeste, metalurgia e mecânica haviam-se desenvolvido, até então, como um reflexo das demandas por componentes e peças de reposição para a atividade agrícola, notadamente dos engenhos (Dahab, 1988: 77).

Foi somente na década de 50, com o início da operação da Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe, e particularmente com a intensificação da exploração petrolífera, que se alterou o perfil do parque. O

crescimento da atividade de extração e refino do petróleo intensificou a produção de equipamentos e de componentes². Como a Bahia concentrava as compras da PETROBRÁS, naturalmente ali o impacto da sua presença adquiriu maior significação; ademais, em se tratando de uma economia ainda muito pouco diferenciada, a presença da PETROBRÁS foi, então, decisiva, tomando-a a mola propulsora das transformações no parque metal-mecânico baiano.

Essas transformações produziram efeitos não apenas sobre o número e a natureza dos estabelecimentos; elas atingiram a magnitude e as características da base sindical metalúrgica. Além do mais, a presença dos novos assalariados petroleiros nos mercados de trabalho e de consumo e a sua breve - porém marcante - incursão na cena da vida urbana e da luta sindical em Salvador e Recôncavo, constituíram um dado cultural e político do maior relevo. Por isso mesmo, a dinâmica das mobilizações sindicais nos anos que antecederam o Golpe de 1964 respondia não apenas à liberalização política nacional, coroada na conjuntura populista, mas igualmente às novas realidades sociais existentes no plano local.

A partir dos meados da década de 60, uma nova onda de mutações atingiu a indústria metalúrgica e mecânica na Bahia. Longe de ser uma dinâmica produzida pelo crescimento industrial local, a estratégia de induzir a industrialização nordestina via mecanismos de incentivos fiscais e financeiros pareceu ser uma saída para os setores de ponta oligopolizados do Centro-Sul (Oliveira e Reichstul, 1972); eles encontraram nos interesses das classes dominantes locais o respaldo necessário a um grande projeto de crescimento econômico induzido, cujo potente fôlego e significativos efeitos já foram descritos em outras oportunidades (Azevedo, 1975; Moreira, 1979; Araújo, 1981; Camarano, 1986; Castro, 1988 e 1990; Guimarães e Castro, 1988 e 1990). Como resultado desse processo, a Bahia acentuou o seu perfil de produtora industrial de bens intermediários, concentrando na metalúrgica e na mecânica o grosso dos investimentos incentivados que se dirigiram para o Nordeste através do sistema 34/18-FINOR.

Essas inversões fincaram, na segunda metade dos anos 60 e primeiros anos da década de 70, as bases das atuais características do parque, colocando em operação nada menos que 85% das grandes empresas existentes em 1986³. Vale dizer, excluindo-se as metalúrgicas chamadas "de fundo de quintal" ou "de porta de rua", *quase to-*

²A centralidade da PETROBRÁS na região Nordeste não foi apenas um fato passado, característico dos anos 50. Mesmo com diferenciação lograda pela economia regional, ela manteve a sua significação; assim, em 1986, suas encomendas representaram nada menos que metade do faturamento de 70% das empresas mais importantes do ramo metal-mecânico no Nordeste.

³Isto equívale a dizer que apenas 15% das plantas mais significativas em funcionamento na Bahia pré-existiam ao esforço de crescimento iniciado em 1965 e, dessas, unicamente três antecediam à constituição da PETROBRÁS.

das as plantas que nutrem hoje a ação operária dos metalúrgicos baianos datam do pós-65. Isto dá a medida de quão intensa e profunda foi a renovação industrial então ocorrida.

Esse estilo de crescimento produziu uma configuração espacial igualmente própria, com importantes conseqüências para as possibilidades de mobilização. Ele resultou de uma decisão política de desconcentração, através da implantação de núcleos industriais nos principais pólos interioranos de desenvolvimento. Entretanto, essa desconcentração, em verdade, apenas reconcentrou: 90% dos estabelecimentos significativos para a produção industrial e para o movimento sindical encontram-se hoje no eixo Salvador-Feira de Santana, em torno, respectivamente, dos Centros Industriais de Aratu e de Subaé. Além do mais, a quase totalidade dos estabelecimentos com mais de 100 empregados situa-se na Região Metropolitana de Salvador. Esta aparente concentração urbana esconde, entretanto, uma significativa dispersão intra-metropolitana dos estabelecimentos, o que dificulta bastante a ação organizativa do movimento sindical.

Atentando para os ramos de atividade, observa-se que no complexo industrial metal-mecânico baiano destacam-se os micro-complexos siderúrgico (68% do valor da produção em 80) e produtor de máquinas operatrizes e equipamentos industriais (42% do VP); neste último, 96% do valor da produção (VP) advêm da fabricação de equipamentos para prospecção de petróleo (DIEESE, s/d e Dahab, 1987 e 1988). Esse traço se reflete, é claro, no plano do emprego; em 1980, a mecânica empregava 52% e a metalurgia 32% dos trabalhadores de um complexo que respondia, então, por quase um quarto de todo o emprego gerado na indústria baiana.

A força econômica do parque metal-mecânico está sustentada num número relativamente reduzido de empresas. Em 1980, o essencial da sua dinâmica produtiva concentrava-se em apenas *quatro* metalúrgicas (perfazendo o grosso do VP e um terço do emprego), *dez* mecânicas (produzindo mais que 2/3 do VP e do emprego) e *uma* empresa de material elétrico (que se responsabilizava por 3/4 do VP e quase 40% do emprego).

Foi justamente nessa ponta do complexo que o movimento operário metalúrgico, emergente nos anos 60/70, plantou as suas raízes (Castro, 1988-a e 1988-b). Seu discurso parecia apresentar mais chances de ressonância entre aqueles novos coletivos operários, formados a partir e meados da década de 60. Quais os traços desse novo perfil de trabalhador?

Em primeiro lugar, eles se ocupavam predominantemente em setores primários da atividade metalúrgica (a siderurgia e a metalurgia do cobre) ou em setores-suporte para a produção e prospecção de petróleo. Nesses eram ainda restritos os avanços tecnológicos, ao menos se comparados aos segmentos articulados à indústria automobilística ou à indústria de máquinas do Centro-Sul.

Em segundo lugar, o intenso crescimento introduziu um conjunto

de estabelecimentos que, pelo seu porte, natureza do capital e localização distinguiam-se fortemente do que antes existia. A convivência entre o parque metal-mecânico que se consolida e o amplo universo de pequenas e micro-empresas (as metalúrgicas de "fundo de quintal" ou "de beira de rua", como são chamadas), estabeleceu uma enorme heterogeneidade ao interior da categoria, seja em termos das características do trabalhador, seja em termos das suas condições de trabalho, seja em termos das modalidades de gestão do cotidiano fabril, seja em termos do relacionamento entre patronato e movimento operário organizado.

De fato, a maior parte da categoria parece corresponder ao tipo do chamado "peão": trabalhador remunerado com baixos salários, com reduzida escolarização e residente na periferia da cidade (no subúrbio ferroviário ou mesmo em invasões). Se este tipo de trabalhador domina as micro e pequenas empresas, ele não é, entretanto, um atributo exclusivo destas: na eleição para delegado de fábrica no Congresso dos Metalúrgicos de 1988, por exemplo, 60% dos trabalhadores votantes da Sibra, empresa siderúrgica de grande porte, não sabia escrever:

"tinha que pedir a alguém para colocar o nome e ele vinha e botava o dedão; quer dizer, empresa que hoje está pagando até razoavelmente, mas é empresa em que as condições de trabalho são péssimas, condição insalubre, rudimentar; então você tem nível cultural diferente" (depoimento de um dirigente metalúrgico em mesa redonda a 23.09.1988).

Diversas são também as relações que as empresas estabelecem, seja com o trabalhador individual, seja com o movimento sindical. Há casos, como o da Bosch (onde é significativo o contingente de mulheres), em que as condições de trabalho e de sujeição são tão aviltantes que o controle se estende à intimidade do banheiro e ao acompanhamento dos períodos menstruais pelo chefe imediato (*idem*). Em outros, como a ALCAN, não somente o perfil do trabalhador é distinto (mais especializado, melhor remunerado, maior escolaridade...) como a realidade das relações industriais é bastante diferenciada

*"(...). A ALCAN hoje é uma vila olímpica; só para se ter uma idéia, tem piscina, quadra de futebol; existe toda uma condição social, digamos assim, para o trabalhador. Eles procuram, inclusive, localizar esses trabalhadores que estejam morando em bairros que sejam de melhor acesso para eles, para o transporte." (*idem*)*

Ademais, até meados da década de 80, as modalidades de gestão do trabalho na metal-mecânica baiana pareceram segmentar-se

em dois grandes grupos: enquanto no segmento da produção básica estavam estabelecidas as grandes estatais (na siderurgia e metalurgia do cobre), no segmento conexo à PETROBRÁS dominavam as múltiplas empresas privadas de médio porte. Diferenciavam-nas, ao nível sindical, as datas-base dos acordos coletivos. Ao nível da gestão do trabalho, as regras de acesso e de carreira, a maior estabilidade do trabalhador, o controle governamental sobre a concessão de reajustes, as maiores margens de manobra para negociação das chamadas "cláusulas sociais" face à constante presença de políticos profissionais nos seus quadros diretivos (ou, quando menos, a partidarização da distribuição de funções) fizeram da porção estatal do parque a mola mestra da organização e dos ganhos logrados pelo sindicalismo metalúrgico baiano pós-60.

Tornaram-se marcantes, por isso mesmo, as diferenças no modo de gerenciar conflitos. Por um lado existem casos, como o da Caraiíba Metais, onde esta relação chegou a institucionalizar uma ativa Comissão de Fábrica, que fez história; ou da ALCAN e FERBASA, onde este relacionamento era considerado razoável pelos interlocutores sindicais. Por outro lado, há empresas, como a Bosch ou a Pedro Felzemburg, que parecem enfrentar as demandas oriundas dos chãos-de-fábrica com a permanente e firme disposição à negativa; nelas, a maneira de representar a posse privada do empreendimento se expressa no autoritarismo dos aparatos políticos de gestão das relações sociais na produção, tornando-as imunes ao reconhecimento de direitos capazes de configurar uma cidadania operária.

Finalmente, destaca-se uma terceira característica dos coletivos metalúrgicos emergentes no pós-60: a distribuição espacial do parque e a conseqüente dispersão geográfica dos seus trabalhadores. Ao contrário do modelo da indústria automobilística do ABC, onde a concentração das plantas era significativa, a metal-mecânica baiana expressa uma realidade oposta. É certo que 26 empresas reunidas perfazem hoje cerca de 45% da categoria e 85% dos sindicalizados. Entretanto, sua distribuição espacial determina as possibilidades e condições de mobilização, especificando as estratégias de luta, conforme testemunho de um ex-presidente do Sindicato.

"Na Bahia a quase totalidade das fábricas de médio e grande portes situam-se fora das cidades. Embora estejam situadas na região metropolitana, as fábricas estão afastadas das áreas urbanas. Aqui a indústria está no meio do mato (...) No CIA as fábricas são afastadas uma das outras, espalhando-se pelos municípios de Salvador, Simões Filhos e Candeias. (...) Em São Bernardo do Campo é possível fazer o piquete na porta de uma grande fábrica, prosseguir com o arrastão parando outras fábricas, depois transformar o arrastão em uma grandiosa passeata de gre-

vistas que ganha as ruas. Na greve da Mendes Junior não seria fácil realizar uma passeata do Porto de Aratu (onde se localiza o estaleiro da Mendes Junior) até Salvador. Como desenvolver uma marcha de 60 quilômetros, com 3 mil homens, no meio do mato e das rodovias? (...) A maior parte da greve na Mendes Junior ocorreu dentro do estaleiro. Foi assim porque a fábrica ficava no meio do mato, no Porto de Aratu. Foi assim porque a massa tinha o local de moradia disperso por nove cidades' (Souza, 1984: 17-23).

Entretanto, novas e importantes mudanças no parque metal-mecânico baiano ocorreram na última década. A mais crucial decorreu das instabilidades na performance do seu principal comprador - a PETROBRÁS - sob cujo estímulo a metal-mecânica baiana cresceu e se aprimorou tecnologicamente.

De fato, a PETROBRÁS havia começado a desenvolver um esforço de capacitação tecnológica do setor, intensificado a partir de 82 com a redefinição de sua política de substituição de importações. Os resultados desse esforço foram importantíssimos: se, em 1980, 50% da demanda de bens de capital na área de petróleo eram satisfeitos pela importação, em 1986 este percentual decresceu para 10%. Nesse contexto, a contribuição das empresas baianas não era em absoluto desprezível; ela alcançava algo em torno de 15% da oferta nacional total, chegando mesmo a 70% para os equipamentos de menor porte (Dahab, 1988-a). Por isso, a primeira metade da década de 80 representou, para a fração do parque imbricada com a PETROBRÁS, um esforço de expansão e modernização de instalações, de renovação de equipamentos e de investimento no treinamento da mão-de-obra.

Surpreendentemente, contudo, na segunda metade da década de 80 o setor passou a se defrontar com a drástica redução das encomendas por parte da PETROBRÁS, numa queda que alcançou algo próximo dos 50%, em razão dos cortes governamentais nos seus investimentos. Entrava, assim, em crise o modelo de crescimento do parque naquela fração estimulada pela PETROBRÁS.

Paralelamente, os anos oitenta apresentaram outras alterações fundamentais no perfil da indústria metal-mecânica. Por um lado, registraram-se exemplos de fechamento ou quase completa desativação de fábricas após aquisição por grandes grupos econômicos, nacionais e multinacionais. Foi o caso de duas das mais significativas empresas do setor: a Equipetrol (22ª empresa baiana e um dos 10 maiores em faturamento no ano de 1980) e a Aços do Brasil (única empresa a trabalhar a laminação de flandre), ambas desativadas em condições pouco justificáveis, a julgar exclusivamente pela dinâmica local dos empreendimentos. Em ambas, a passagem do controle acionário antecedeu um processo de desativação e suspensão das atividades.

Por outro lado, as medidas recessivas do governo federal atingiram de cheio as políticas de gestão da mão-de-obra nas empresas estatais. Suas estruturas, via de regra superdimensionadas por modalidades de paternalismo e clientelismo político, não resistiram aos programas de racionalização e controle de gastos que lhes foram impostos. Estes programas precederam, de fato, mudanças ainda mais intensas, concomitantes com os processos de privatização; esses processos resultaram em maciças levas de demissões, atingindo empresas chaves para o complexo e para o movimento operário. Foi o caso da privatização da Caraíba Metais, cujo corpo de 2.300 funcionários foi enxugado para cerca de 1.500; anteriormente, a racionalização atingira a USIBA, que de 2.000 passou a 1.300; e o mesmo ocorreu com a SIBRA, quando igualmente privatizada

Conjugando os impactos de todos estes diferentes efeitos sobre a magnitude da categoria, o resultado chega a ser dramático: havia, em 1983, cerca de 50.000 trabalhadores na base do sindicato; em 1986, este número foi reduzido para 35.000; em 1988 baixou a 25.000, para reduzir-se ainda mais em 1989, quando chegou à marca de 20.000 ocupados. *Apenas uma década foi suficiente para reduzir à metade o contingente de metalúrgicos baianos.*

2. A TRAJETÓRIA SINDICAL E A CONSTRUÇÃO DAS BASES PARA A AÇÃO COLETIVA ORGANIZADA

Três grandes momentos marcaram a trajetória da organização desses coletivos metalúrgicos, caracterizando-se por seus padrões de direção política e pela natureza das práticas sindicais prevaescentes.

O primeiro momento, compreendido entre 1931 e 1964, caracterizou-se pelo esforço de construção institucional do Sindicato. Nele, foram mais relevantes os resultados simbólicos que os materiais. De fato, nos 33 anos compreendidos entre 30.04.1931, quando foi fundado o Sindicato, e 03.04.1964, quando teve início a intervenção política mais importante, era sensível a fragilidade da organização sindical⁴.

⁴Soares (1983: 136) destaca que em, de 1946, às assembléias compareciam de 5 a 9 associados numa categoria que dispunha então de 5.000 trabalhadores de base. A célebre assembléia, ocorrida em 1953 em apoio à greve geral paulista, causadora da segunda intervenção, foi "uma turbulenta reunião de 6 ou 7 militantes" (Teixeira, 1989: 120). E mesmo em dezembro de 1955, quando uma eleição extinguiu a segunda interventoria, o candidato vitorioso foi sufragado com apenas 25 votos. Esta situação durou até dezembro de 1959, quando se deu a assunção à Presidência daquele que foi o seu mais famoso dirigente, João dos passos; naquela época o Sindicato contava com apenas 25 associados (Teixeira, 1985: 8) dos quais unicamente 5 em situação regular (Teixeira, 1989: 120). A inexpressividade desses números é eloqüente para atestar a fragilidade das bases locais de um Sindicato que já era, entretanto, politicamente reconhecido no plano do movimento operário nacional nesse alvorecer da década de 60. O próprio João dos Passos era uma proeminente liderança no movimento Sindical brasileiro, chegando a ser um dos 8 representantes eleitos no

As primeiras iniciativas no sentido de ultrapassar essa fragilidade começaram a surtir efeito pouco antes do Golpe de 1964.

O grande legado dessa fase foi a constituição, no imaginário da categoria, da representação do "mito do herói fundador", na figura de João dos Passos⁵. Lendário dirigente comunista, a atividade política do líder atravessou grande parte dessa primeira fase⁶, marcada pelo escasso enraizamento da ação operária nas fábricas e pela instrumentalização do Sindicato face aos objetivos da política do populismo. Apesar disso, restou na categoria a sólida imagem do dirigente, que prenunciava uma outra modalidade de assessoramento da máquina sindical⁷.

O segundo grande momento na trajetória sindical transcorreu entre 1964 e 1982, quando ocorreu a mais longa das intervenções políticas.

A conjuntura pós-64 foi marcada por duas tendências. Por um lado, a intervenção repressiva do Estado que des-constroí, com o silêncio cúmplice do Sindicato, a limitada experiência organizativa desenvolvida até então. Por outro, essa des-constituição foi contemporânea da re-constituição do complexo industrial metal-mecânico via industrialização induzida; novas relações sociais passavam a reger as condições de trabalho e de vida da base sindical. O Sindicato teve um papel ativo, *impedindo* a emergência de ações operárias significativas na nova porção do parque. Ao Estado coube um papel político complementar, conquanto igualmente ativo.

Entretanto, as tensões no interior das forças promotoras do movimento militar, aliadas ao novo fluxo dos movimentos sociais, abriram, também na Bahia dos anos 66 e 67, os condutos por onde passaram a se exprimir, inicialmente, o movimento estudantil, e, em seguida, o movimento operário.

As ações operárias emergentes entre os metalúrgicos baianos foram tão localizadas quanto as que ocorreram nacionalmente no período. Mobilizaram-se aqui, em 1967, as plantas da Equipetrol e da Magirus Deutz. Na primeira, além da repressão patronal, os trabalhadores

IIº Congresso Metalúrgico Nacional, em São Paulo, para participar do Congresso Internacional dos Metalúrgicos; era, ademais, o único negro na delegação brasileira.

⁵Agradeço essa fértil sugestão interpretativa a Michel Agier.

⁶Duas vezes eleito presidente (em 1959 e 1962), o comando de João dos Passos foi decisivo para dar feição institucional ao Sindicato que, com ele, expandiu suas atividades assistenciais, configurando-se organizacional e financeiramente (Teixeira, 1989 e Soares, 1983). No plano político, a militância pessoal que exercera por décadas repercutiu com as mobilizações no início dos 60 que levaram à deflagração da primeira greve geral em Salvador.

⁷João dos Passos, embora banido e foragido, guardou a chave do Sindicato do qual fora expulso pelo Golpe de 1964. Ele a devolveu simbolicamente à direção eleita em 1982 na Chapa das "Oposições Sindicais", que significativamente levava seu nome.

tiveram que enfrentar o aparato do Estado, que colocou a Polícia para substituir os grevistas numa tentativa de deixar o patronato imune às pressões. Na segunda, embora incipiente, a ação operária conseguiu, à revelia do Sindicato, parar repentinamente a montadora local da Magirus Deutz por duas horas. Ao lado da reivindicação salarial, que também fora compartilhada pela greve vitoriosa da Equipe-trol, houve a exigência de reconhecimento de uma Comissão de Fábrica; surgia, ali, uma decisiva novidade na pauta reivindicatória e na prática política do movimento operário baiano, que mostrava, assim, a sua sintonia com o novo caráter das lutas operárias que ressurgiam embrionariamente na conjuntura dos anos 67/68.

Nesse período, os ativistas referem-se (Soares, 1983 e Teixeira, 1985 documentam) à constante retaliação que lhes era imposta pelo interventor Manoel dos Santos. Denunciando lideranças (posteriormente presas ou foragidas do Estado ou do país) ou atuando junto ao patronato no sentido de promover a demissão de militantes declaradamente oposicionistas, assumia o papel típico do sindicalismo "amarelo".

As primeiras ações de resistência deram o ponta-pé inicial na construção do embrião de uma nova modalidade de mobilização operária, forjada no cotidiano de trabalho das principais plantas. Os agentes dessa novidade foram os novos quadros, oriundos da ponta da indústria, com seus elevados níveis de escolarização e de salários, experimentados na militância estudantil ou apoiados por ativistas universitários.

Contudo, a organização operária nos chãos-de-fábrica apenas ensaiava os seus primeiros passos. Após as ocorrências esparsas de 1967, um novo silêncio se abateu sobre as ações coletivas, tal como no cenário nacional. Entre 1967 e 1978 os conflitos fabris foram episódicos, isolados, movidos por situações extremas e carentes de um conduto organizacional que garantisse repercussão a cada luta de *per se* e cumulatividade a todas.

Em 1974, voltaram a surgir registros sobre as atividades das "Oposições Sindicais Metalúrgicas" (OSM). Desde então, e até 1978, as OSM baianas passaram a acumular forças, a partir da militância fabril clandestina de um grupo de ativistas cujo principal respaldo era externo ao seu órgão representativo: eram os sindicatos de petroleiros, petroquímicos e eletricitários. Essa tática culminou com a primeira e infrutífera tentativa de concorrer à direção sindical, em 1979.

Apesar disso, entre 1978 e 1981, as OSM destacaram-se pelo papel condutor de algumas lutas, como a dos trabalhadores da CESMEL (empresa cujo proprietário dirigiu, por longo tempo, o Sindicato patronal) e da Aços do Brasil. Nesse esforço, as "Oposições" pouco a pouco credibilizaram-se como real alternativa de poder, constituindo-se numa instância capaz de gerar indicativos políticos para aqueles coletivos fabris mais sensíveis à sua direção. Todavia, ao fazê-lo à revelia da instituição sindical (ou mesmo contra esta), ficaram impedidas de funcionar como o interlocutor de direito frente ao patronato, a não ser episódica e esporadicamente naquelas fábricas onde a força do movi-

mento o impunha.

Iniciava-se, assim, uma conjuntura de dualidade e competição pelo poder, nítida entre 1979 e 1982. Ela parece ter sido propiciada pela convergência de diferentes fatores: locais e nacionais, de natureza econômica e político-ideológica

O primeiro deles diz respeito às modificações experimentadas pelo próprio parque metal-mecânico baiano com reflexos no perfil dos trabalhadores por ela ocupados e dos seus dirigentes. Nesse sentido, as lideranças das "Oposições" provinham, via de regra, dos contingentes afluentes no novo complexo metal-mecânico baiano, que se irradiava a partir do Centro Industrial de Aratu.

Ademais, as intensas mudanças industriais ocasionadas pelo início da operação do Pólo Petroquímico de Camaçari tiveram decisiva influência no perfil da categoria. Por um lado, importantes empresas dos setores metalúrgico e mecânico ingressaram no disputado mercado de trabalho, atraindo para os seus quadros os técnicos e profissionais universitários, inicialmente absorvidos pelo Pólo; isto se verificou com mais intensidade nas indústrias de processo semi-contínuo da metalurgia básica, nas quais havia maior similitude no conteúdo das tarefas operacionais.

Por outro lado, as vicissitudes do sindicalismo petroquímico repercutiram na configuração da base sindical metalúrgica. Isto porque, em 1980, num hábil lance político voltado para quebrar a espinha dorsal do movimento petroquímico, os trabalhadores de manutenção do Pólo de Camaçari deixaram de ser representados pelo SINDIQUÍMICA passando, por decisão judicial, ao âmbito do Sindicato dos Metalúrgicos. Dentre esses incluía-se o ponderável contingente de trabalhadores da CEMAN - Central de Manutenção do Pólo de Camaçari, onde se desenvolvera uma ativa militância que sustentou importantes ações políticas dos trabalhadores do Pólo. Conquanto o deslocamento dessa representação pudesse temporariamente amenizar as tensões entre patronato e movimento sindical em Camaçari, ele internalizou no movimento metalúrgico o embrião de experiências, decisivo para a emergência ali de um sindicalismo de confronto.

Há que se atentar, também, para a conjuntura em que nasceram as OSM, marcada, à nível nacional, pelo crescimento do movimento sindical dos trabalhadores metalúrgicos brasileiros. As retomadas das direções sindicais se faziam, então, num crescendo, influídas pelo sindicalismo emergente dos trabalhadores do ABC. Mais do que um distante estímulo externo, o movimento dos metalúrgicos/paulistas ligava-se de fato às OSM baianas. Disto é significativa a presença de Lula na Bahia no momento da campanha pelo boicote às eleições de 1979, bem como a presença de dirigentes locais em S. Paulo, tomando contato com as experiências do novo sindicalismo brasileiro⁸.

Por outro lado, a experiência do *novo sindicalismo* exprimia-se também na Bahia através das vitórias sindicais obtidas pelos trabalhadores nas indústrias químicas e petroquímicas do Pólo Petroquímico

de Camaçari.

... "Foi exatamente em 1978 e 1979 em que a gente viu surgir todo um fluxo de greves, de movimento trabalhista lá no sul, que o próprio regime militar não conseguia conter; esse exemplo aparecia na própria imprensa e nós trabalhadores, vivíamos isto. Ora, nós vivíamos também, ao mesmo tempo, todo o trabalho que o SINDIQUÍMICA estava fazendo naquele período com Walter Ribeiro à frente, com Nelson Bahia e outras figuras como Jaques Wagner; pessoas que, para a gente, juntamente com Lula, nessa época lá em São Bernardo e no ABC, de um modo geral, serviam como exemplo (...) aqui na Bahia, então teria sido o exemplo que nós pegamos. Com relação às pessoas que tinham este sentimento, ou sentiam mais forte essa coisa, éramos pessoas independentes, pessoas do PT, que naquela época também já estavam pensando na formação do partido, do Partido dos Trabalhadores' (dirigente sindical metalúrgico em mesa redonda, 23.09.1988).

Esse depoimento sugere um terceiro fator importante para o entendimento da retomada organizativa do movimento sindical metalúrgico baiano: a sua matriz partidária e político-ideológica. No primeiro momento do movimento, todas as grandes ações estiveram centradas na figura carismática de João dos Passos; elas se ancoravam na estrutura político-organizacional do PCB e numa visão do movimento sindical marcada pelas táticas e estratégia dos comunistas.

Na retomada, outras forças partidárias respaldaram os militantes. Ainda que fossem significativos os 'independentes', foram o PT e o PC do B as estruturas organizacionais que deram suporte, seja às OSM, seja às novas direções que assumiram o Sindicato no pós-82.

Finalmente, outro fator não desprezível para o entendimento das condições com que se depararam as OSM entre 1979 e 1982 foi o sentimento adverso da categoria frente ao Sindicato. São reiteradas as referências ao extremo descrédito que a direção sindical oficial gozava junto à categoria. Chega-se a falar, referindo-se ao modo de negociação dos acordos salariais, que Manoel dos Santos saia da sala dos dirigentes patronais com a definição dos termos do acordo a ser levado aos trabalhadores; 'o Presidente do Sindicato era um representante do patrão' (depoimento de dirigente sindical em mesa redonda realizada a 23.09.1988).

⁸Aliando viagens de treinamentos e contatos políticos voltavam-se para articulação e fortalecimento da oposição baiana (Cf. Soares, 1983 e depoimento de dirigentes sindicais na mesa redonda de 23.09.1988).

Entretanto, opositoristas relatam algo ainda mais grave: o descrédito do dirigente sindical se estendera à própria entidade que, contaminada pela mesma desconfiança, aparecia aos olhos do metalúrgico de base como não podendo ser dirigida senão por pelegos, não se concebendo a possibilidade de um "Sindicato sem Manoel".

A heterogeneidade interna à categoria refletia-se, assim, nas suas atitudes e comportamentos políticos. Esse foi um fator decisivo na definição do *modus operandi* das OSM entre 1979 e 1982, marcando igualmente a prática sindical vigente após a derrocada de Manoel dos Santos: forjou-se aquilo que alguns dirigentes tratam como um "enfeudamento" do trabalho sindical, a acentuar um "corporativismo de fábrica", prevalescente nos coletivos operários e entre os ativistas sindicais.

Finalmente, em 1982, as Oposições conseguiram assumir a direção sindical e iniciou-se a terceira fase da trajetória da organização metalúrgica.

A partir de então, já no poder, as OSM, deixaram de ser apenas uma referência alternativa para o movimento e passaram a dirigi-lo como um conjunto. Todavia, essa direção não resultou automaticamente da tomada do Sindicato; ela necessitava ser construída, credibilizando o aparelho sindical junto à categoria e, com isso, facultando que esse novo sujeito coletivo aparecesse na cena social como um ator, vale dizer, como agente da construção do seu universo de relações sociais.

Os anos seguintes foram, a um só tempo, de reabilitação da imagem do Sindicato, de capacitação das direções para superar o "corporativismo fabril" e de solidificação das experiências de resistência molecular nos chãos-de-fábrica, avançando a construção de práticas coletivas que sedimentassem a identidade do novo sujeito operário.

Esses fatos coincidem, entretanto, com a crise econômica do começo da década, que reconfigurou o parque metalúrgico baiano. Uma nova direção, mas, outra vez, uma nova base sindical.

É nesse contexto complexo e contraditório que tem lugar o ciclo de ações compreendido entre 1985 e 1987, que culmina com a deflagração de uma greve geral. Ela indica o surgimento de um movimento sindical de confronto, num quadro de possibilidades objetivas bastante menos promissor que o experimentado pelos metalúrgicos do ABC, no apagar das luzes da década dos 70.

Pelo ângulo da constituição do movimento sindical como ator são significativas as alterações verificadas em vários planos (Silva, 1989 e Teixeira, A., 1989):

1. As demandas: que superam o caráter defensivo das reivindicações quase exclusivas por reposição salarial e garantia dos postos de trabalho, avançando em direção à temática do cotidiano fabril de modo a envolver reivindicações tanto por condições de trabalho quanto por organização e ação sindical nas fábricas;
2. As formas de luta: de episódicas e rarefeitas entre poucas fábricas, em 1985, para um quadro de 13 dias de greve envolvendo múlti-

- pias plantas em 1987;
3. A amplitude das lutas: de concentradas nas poucas estatais da metalurgia básica para ampliadas entre as múltiplas empresas privadas de médio porte, produtoras de equipamentos;
 4. O envolvimento cotidiano do trabalhador na luta fabril: expresso na eclosão de mobilizações pouco convencionais, como as operações "amnésia", "matraca" e "horário bancário";
 5. A capacitação sindical para a negociação.

3. A CONSTRUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PATRONAL

É impossível entender a conjuntura de acumulação de forças que se desenha para o movimento sindical entre 85 e 87 sem percebê-la como um processo de formação de atores diferenciados (movimento operário e movimento patronal) mas reciprocamente referidos. Forjando o desenrolar dessa conjuntura forjam-se, com todas as suas contradições internas, trabalhadores organizados e patrões organizados. O Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico da Bahia (o SIMMEB), por ironia, compartilha com o Sindicato dos Trabalhadores quando menos uma grande dificuldade: a da heterogeneidade dos seus associados. Ainda quando nele predominem as empresas de maior porte, não é desprezível o peso dos pequenos e médios estabelecimentos, notadamente tendo em vista os seus cargos de direção e representação nas comissões de negociação. Ora, à medida em que a força do movimento operário se fez sentir e que as conquistas tenderam a ser buscadas de uma maneira generalizada, essa heterogeneidade passou a ser um ônus *também para o patronato*. Nesse sentido, tanto quanto os trabalhadores, eles buscam consultar suas bases para minimizar os efeitos da tomada centralizada de decisão. Ao iniciar cada uma das campanhas mais recentes, buscavam auscultar suas filiadas, circulando enquetes sobre os principais pontos em pauta na negociação. Nos resultados da enquete realizada em 86 tem-se a dimensão de quão profunda era a heterogeneidade no mundo patronal; ali se registra que as pequenas empresas entendem como cláusulas que mais as penalizam desde o prazo para rescisão contratual *até o próprio piso salarial*.

Por outro lado, o despreparo para negociar tampouco é um atributo apenas dos trabalhadores. A interação patrão-empregado vai supor o adestramento *de ambos* nessa prática. Nesse sentido, um dirigente sindical apresenta um depoimento bastante interessante:

"...É até um fato interessante... porque os patrões da empresa tinham essa resistência ao Sindicato, mas, ao mesmo tempo, eles não sabiam negociar, não tinham experiência de negociação. Tanto é que na primeira negociação em que sentamos com eles, começamos às 10 horas da manhã e saímos da mesa às 3 horas do outro dia. Foi uma negociação extre-

mamente cansativa; a pauta de reivindicação tinha 22 itens de reivindicações. Conseguimos discutir todos os 22 itens; nunca vi esse fato em nenhuma empresa. Porque naturalmente os patrões primeiro querem estabelecer o modus vivendi dessa negociação, como vai se dar essa negociação; no caso da Sibra eles nem isso facultaram à gente; foi por esse motivo que nós ganhamos 80% dessas reivindicações...' (Depoimento de sindicalista, 08.10.1988).

O exercício da negociação parece ser um desafio que, embora superável com o passar do tempo, freqüentemente recoloca problemas. Alguns deles parecem importantes e indicam como se desenvolve a capacitação do patronato, ao tempo em que cresce a força sindical.

Em primeiro lugar, diferentemente dos trabalhadores, o patronato enfrenta de uma forma muito especial o problema de representação. Isto porque, com a progressiva separação entre propriedade e gestão, e com a constituição de quadros gerenciais cada vez mais diferenciados e especializados, ganham força as gerências de relações industriais ou equivalentes, cada vez mais importantes para enfrentar os problemas no cotidiano fabril. Ora, quando o movimento operário passa a deitar raízes mais fundas nos chãos-de-fábrica, sua força serve para incrementar a centralidade dos chamados RI ou RH ao interior das empresas. Quando as demandas de cunho nitidamente intra-fabril ganham a cena das negociações, com a força que parece caracterizar esta conjuntura, a presença dos RH se torna vital.

Entretanto, a profissionalização de quadros gerenciais já bastante diferenciados e com espaço de poder significativo é, antes de tudo, uma realidade nas empresas de maior porte. Nesse ponto cruzam-se duas ordens de problemas, o político e o operacional, conexos à heterogeneidade prevalescente entre as empresas.

No plano operacional, as pequenas empresas, e provavelmente também boa parte das de médio porte, sequer desenvolveram estruturas gerenciais profissionalizadas no trato com os seus recursos humanos; nesse sentido, representam-se nas assembléias patronais diretamente através dos seus proprietários. Estes, por seu turno, vivem o desafio de exprimir diretamente os seus interesses, sem o recurso à mediação de representantes.

Ao fazê-lo, acreditam que são mais fiéis às suas necessidades que os RI/RH. Crêem que para gerentes é mais fácil conceder; primeiro, por não serem os donos, e segundo, porque a concessão, em certa medida, acaba por fortalecê-los politicamente, aumentando sua importância relativa no quadro da burocracia da empresa. Um documento de proprietários de empresas metalúrgicas do interior é particularmente elucidativo ao identificar os patrões como os únicos capacitados a discernir o que é melhor para a empresa (Guimarães, 1989). Frente a isso, é significativa a solução encontrada pela organização

patronal: constituíram-se duas instâncias negociadoras, uma política (composta pelos proprietários) e outra técnica (pelos RH); a segunda, obviamente, subordinada à primeira

Nesse contexto destaca-se um segundo traço: a mudança no perfil dos gerentes de RI ou RH; o "tempo de casa" deixa de ser o traço que os caracteriza, tornando-se a titulação formal um atributo cada vez mais decisivo (Guimarães, 1989).

Um terceiro aspecto importante, que advém do exercício da negociação, é o controle da informação do que se passa ao interior do parque e a conseqüente emulação de concessões entre empresas estatais e privadas. Tanto quanto os trabalhadores, os patrões têm nas empresas públicas um referente importante.

Do mesmo modo, a ponta do movimento empresarial nacional é um termômetro sempre referido nas reuniões internas dos representantes patronais nas comissões de negociação ou nas suas assembleias. Assim, o ABC paulista, mas também o Sindicato de São Paulo, são dois referentes de primeira hora para ajuizar as decisões locais. Também entre os patrões a interação envolvia a troca de assessoramento político⁹.

Finalmente, observa-se que, à medida em que o sindicato patronal aperfeiçoa a sua capacidade de negociar, vale dizer, de definir progressivamente a sua imagem por referência ao sindicato operário, ele também aumenta a sua capacidade de representação e de direção política Guimarães (1989), analisando as atas e livros de presença às assembleias nas campanhas mais recentes, observou que a frequência média aumentou continuamente; o mesmo ocorreu com o número máximo de assembleias a que se fez presente cada empresa e o número de empresas habilitadas para decidir.

Ou seja ao tempo em que interage com o sindicato operário, o movimento patronal vai aperfeiçoando o seu perfil e a sua identidade, ganhando uma inserção no quadro das relações industriais vigentes no país.

4. METALÚRGICOS AQUI E ACOLÁ

Nesse trabalho retomei a trajetória do movimento metalúrgico na Bahia de modo a destacar que, somente combinando vicissitudes locais e dinâmica nacional, seria possível recuperar as ferramentas analíticas necessárias a qualificar adequadamente o estatuto dos movimentos sociais em suas realidades específicas.

Para fazê-lo, propus periodizar em três grandes momentos o processo de constituição estrutural do parque e do movimento metalúrgico

⁹Se Lula se faz presente em momentos chaves para operariado, importantes negociadores patronais também são requisitados para dar assessoria aos empresários e seus representantes, simulando mesas e decisões ou atualizando o discurso local sobre os novos padrões gerenciais.

baiano, em cortes no tempo que procuravam reter e articular a dinâmica econômica à dinâmica política, o andamento local ao nacional.

Assim, até 1964 prevaleceram as pequenas metalúrgicas que sustentaram quase que com exclusividade uma indústria pouco dinâmica e que tinha em seu segmento de ponta apenas aqueles estabelecimentos vinculados à PETROBRÁS, para quem passaram a produzir equipamentos a partir da segunda metade da década de 50. No plano político, a conjuntura do nacional-populismo estabelecia possibilidades, mas criava também importantes limites à ação do movimento sindical. Este teve num lendário dirigente comunista o grande quadro que construiu a travessia dos anos 40 até os anos 60 de uma entidade bastante ativa, conquanto frágil em suas bases.

Com o golpe militar de 1964, o Sindicato sofreu profunda repressão e submergiu nas mãos de uma direção absolutamente comprometida com os interesses patronais. Foram 20 anos, longos não só pelo transcurso cronológico, mas também por que neles profundas transformações ocorreram no parque metalúrgico.

Essas décadas marcaram o advento da industrialização polarizada, fortemente amparada no incentivo da SUDENE e responsável por vivificar o setor através de Centros Industriais na Região Metropolitana e nas principais localidades urbanas do interior. Por outro lado, nesse período implantaram-se grandes empreendimentos estatais de metalurgia básica, que passaram a configurar a espinha dorsal do parque.

Um segundo momento pareceu, então, constituir-se entre 1964 e 1978. Nele conviveram os impactos do novo modelo de industrialização regional incentivada e a forte repressão, capaz de permitir a sobrevivência do peleguismo, garantindo uma cortina de proteção aos novos empreendimentos em acelerada implantação.

Esta cortina, entretanto, deixava entrever, no bastidor, o surgimento de novas práticas coletivas; conquanto episódicas, eminentemente defensivas e circunscritas a algumas poucas fábricas isoladas, elas nutriam, pouco a pouco, a formação de uma liderança política alternativa, ao arripio do aparelho sindical. A presença de um discurso unificado para o movimento, que sustentava a crítica ao interventor na afirmação da identidade e autonomia da base sindical, evidenciava a constituição iminente de um novo sujeito coletivo, que reivindicava a capacidade de conduzir seu próprio destino, definido por oposição ao patronato.

Esse processo se evidenciou com clareza a partir de 1979. No plano econômico, a industrialização via 34/18 desdobrou-se, com as diretrizes do IIº PND, num modelo de crescimento mais vinculado aos insumos locais e de porte efetivamente nacional, que implantou em Camaçari o IIº Pólo Petroquímico brasileiro. A emulação da petroquímica em muito se refletiria no parque metal-mecânico baiano. Fortaleceu-se seu veio moderno, de empresas e trabalhadores de ponta (tanto diretamente no ramo químico, quanto indiretamente no ramo metalúrgico).

Por outro lado, a partir de 1979, o avanço organizativo dos movi-

mentos sociais em escala nacional (destaque para as greves metalúrgicas do ABC) e a chamada "abertura política" estabeleceram novas possibilidades estruturais para a vigência de um movimento abertamente contestatário à direção pelega, que se fez finalmente vitorioso em 1982, quando as "Oposições" tomaram o Sindicato, inaugurando uma nova etapa nas ações operárias.

Entretanto, a crise econômica da primeira metade dos anos 80 golpearia fortemente o desempenho da indústria metalúrgica local. A crise financeira do Estado pôs na ordem do dia os planos de privatização, atingindo o coração do parque (as metalúrgicas básicas estatais) e a ponta do movimento (os trabalhadores da metalurgia do cobre da Caraíba Metais).

Isto não impediu que, entre 1985 e 1987, as mobilizações experimentassem um crescendo significativo e os metalúrgicos chegassem à cena social com a greve geral do parque, em 1987. Nesse processo, patrões e empregados amadureceram seus condutos de representação e emergiram como atores coletivos relevantes na realidade local.

Feito esse percurso, algumas considerações finais podem ser propostas visando a continuidade da discussão.

Em primeiro lugar, é indubitável o papel que o processo de configuração e reconfiguração do parque metalúrgico desempenhou no estabelecimento de possibilidades para a ação coletiva organizada. A sincronia entre a dinâmica do movimento sindical e a dinâmica da estruturação do setor, a convergência entre a ponta do movimento sindical e a ponta dos empreendimentos fabris não são evidências desprezíveis. Nesse sentido, o peso da produção metalúrgica básica e a sua centralidade na dinâmica empresarial deram às mobilizações dos trabalhadores ali ocupados uma especial visibilidade face ao conjunto da categoria na Bahia.

Isto, entretanto, não é suficiente para o entendimento do curso das ações coletivas. Diferentemente do que destaca Soares (1985) para o caso de Pernambuco, a moderna indústria metalúrgica baiana diversificou o espaço regional não apenas no que se refere aos novos processos produtivos. Novas modalidades de ação patronal se construíram, diferenciando o parque também no que diz respeito às estratégias de absorção e regulação dos conflitos.

Esta diferenciação expressou-se tanto nas relações entre as gerências e os chãos-de-fábrica quanto nas relações que se estabeleceram ao interior do próprio movimento patronal. É significativo que fossem os representantes das empresas de maior porte aqueles que sustentaram a organização patronal, tendo papel expressivo nas negociações coletivas. Mais significativa, ainda, é a tensão entre direção e base do movimento patronal (expressa em decisões negociadas por comissões posteriormente desautorizadas pelo voto majoritário das assembleias), a indicar que eram bastante heterogêneas as concepções patronais acerca das demandas operárias e das políticas de relações industriais a elas correlatas.

Nesse contexto, destaca-se o papel das formas de gestão estatal, particularmente importantes por introduzirem num movimento dessa espécie a cunha do paternalismo e do interesse público, ampliando os graus de liberdade em que se movia a organização operária. Não é à toa que ali tenham sido conquistadas as primeiras comissões de fábrica, que somente ali elas tenham sido asseguradas e que, a partir das sucessivas privatizações, elas estejam sendo postas em cheque pelos novos quadros dirigentes.

Se tudo isto é verdade, parece pouco adequado acreditar (ao modo de Soares, 1985) que o cenário da política patronal de enfrentamento dos conflitos fabris se pautou pelo exclusivo despotismo de empresários provincianos e paroquialistas, à frente de indústrias razoavelmente modernizadas.

Por fim, caberia destacar a própria dinâmica pretérita do movimento sindical como elemento decisivo a informar as ações futuras.

Todo esse conjunto de fatores estrutura as escolhas que se colocam para a ação coletiva, produtora dos fatos da vida sindical. Essas escolhas não são apenas conjunturalmente informadas, mas nacionalmente articuladas. Assim, não é por mera coincidência que os ciclos de mobilização local se situem nos anos 67/68, 78/80, coincidentes com os ciclos nacionalmente significativos. Tampouco é casual que entre os anos de 81/82 tenham sido retomados os principais sindicatos de trabalhadores metalúrgicos da região (Bahia e Pernambuco).

Isto sugere, em primeiro lugar, que a dinâmica local sofre o efeito de sobredeterminação da dinâmica nacional e, em segundo lugar, que - apesar das particularidades regionais - o movimento sindical assimila os signos da ação organizada nacional.

E exatamente nesse sentido é possível admitir que, nos anos 80, os conflitos fabris adquiriram uma dimensão verdadeiramente nacional, condizente com uma economia industrial que desde os setenta também se tornou nacionalmente localizada.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Lais W.

1988 Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. In: KOWARICK, Lúcio (org.) *As lutas sociais e a cidade: São Paulo: passado e presente*. São Paulo: Paz e Terra, p. 207-246. ALMEIDA, Maria Herminia T.

1978 Desarrollo capitalista y acción sindical. *Revista Mexicana de Sociología*, México: UNAM, v. 15, n. 2, p. 327-367.

1988 Difícil caminho: sindicatos e política na construção democrática. In: REIS, Fábio Wanderley, O'DONNELL, Guillermo (orgs.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, p. 327-367. ANTUNES, Ricardo.

1988 *A Rebelião do trabalho*. São Paulo: Brasiliense.

ARAÚJO, Tania B.

1981 Industrialização do Nordeste: intenções e resultados. In: SEMINÁRIO IN-

94 Nadya Araujo Castro

- TERNACIONAL SOBRE DISPARIDADE REGIONAL Anais... Recife: SUDENE/CNPq, 292-230. AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli.
- 1975 *Industrialização e incentivos fiscais na Bahia: uma tentativa de interpretação histórica*. Salvador: UFBA. Dissertação (Mestrado em Economia). CAMARANO, Ana Amélia.
- 1986 Migração e estrutura produtiva: o caso das regiões metropolitanas nordestinas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo: ABEP, v.3, n.2, jul/dez., p. 23-46. CASTRO, Nadya Araujo.
- 1988 Novo operariado, novas condições de vida e trabalho nas fronteiras do moderno capitalismo industrial brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6, Olinda, Anais... Belo Horizonte: ABEP, v.2. p. 437-482.
- 1988a *O movimento sindical dos trabalhadores metalúrgicos e a campanha salarial de 1985*. Salvador: CRH/CEDEC/FORD. 54 p. (Relatório parcial do projeto Diversidades e dinâmicas regionais do sindicalismo).
- 1988b *Movimento operário baiano nos anos 80: retomando alguns elos na dinâmica do emprego e na conformação das classes*. Salvador: CRH/CEDEC (Relatório parcial do projeto: Diversidades e dinâmicas regionais do sindicalismo), 70 p.
- 1990 Operários em construção: a formação do novo operariado na fronteira do moderno capitalismo industrial. In: LARANJEIRA, Sonia (org.). *Classes e movimentos sociais*. São Paulo: HUCITEC, p. 128-157. DAHAB, Sonia Sapolnick.
- 1987 *O complexo metal-mecânico: um estudo de caso*. Salvador: SEPLANTEC/CPE.
- 1988 *Levantamento das demandas regionais por C&T- indústria metal-mecânica*. Salvador: UFBA/ISP-NACIT, 77 p.
- 1988a *A crise na indústria metal-mecânica baiana. A Tarde*, Salvador, 12 jul. DIEESE.
- s.d. *Análise do setor metalúrgico na Bahia*. Salvador: Escritório Regional da Bahia (folheto). ELSTER, Jon.
- 1989 *Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos. Lua Nova*, São Paulo: CEDEC, n.17, jun., p. 163-204. GUIMARÃES, Antonio Sérgio A.
- 1988 *Factory regime class formation: the petrochemical workers in Brasil*. Madison, University of Wisconsin. Tese (Doctor of Philosophy-Sociology). GUIMARÃES, Antonio Sérgio A., CASTRO, Nadya Araujo.
- 1988 Espaços regionais de construção da identidade: a classe trabalhadora no Brasil pós-77. *Ciências Sociais Hoje-1988*. São Paulo: ANPOCS/Vértice, p.13-49. (Anuário de Antropologia, Política e Sociologia).
- 1990 *Classes, regimes fabris e mudança social no Nordeste brasileiro*. In: VALLADARES, Licia, PRETECEILLE, Edmond (orgs.). *Reestruturação urbana: tendências e desafios*, Rio de Janeiro: IUPERJ/Nobel. GUIMARÃES, Sandra Sento Sé.
- 1989 *A ação patronal e as negociações salariais na indústria metalúrgica baiana. 1985/1987*. Salvador, CRH/CNPq/FINEP (Relatório parcial do projeto: Resposta sindical à automação). HUMPRHEY, John.
- 1982 *Fazendo o milagre: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. São Paulo: CEBRAP/Vozes, 251 p.

KRAYCHETE, Elsa Sousa.

1988 A estrutura da indústria na Bahia: seus ramos industriais e seções produtivas. *Força de Trabalho e Emprego*. Salvador: SINE/SETRAB, v. 5, n. 3, set/dez, p.10-20. LE VEN, Michel.

1988 *Cotidiano dos trabalhadores da FIAT - Automóveis de Betim*. [s.l., s.n.]. LE VEN, Michel, NEVES, Magda A.

1985 A crise da indústria automobilística: automação e classe trabalhadora na FIAT. *Ciências Sociais Hoje - 1985*. São Paulo, ANPOCS/Cortez, p. 113-154. (Anuário de Antropologia, Política e Sociologia). MARONI, Amnérís.

1982 *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. São Paulo: Brasiliense. MOREIRA, Raimundo.

1979 *O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. OLIVEIRA, Francisco, REICHTUL, Henri.

1972 Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. *Estudos CEBRAP*, S.Paulo: CEBRAP, n.4, abr./jun. p. 65-106. PRZEWORSKI, Adam.

1982 La teoría sociológica y el estudio de la población: reflexiones sobre los trabajos de la Comisión de Población y Desarrollo de CLACSO. In: REFLEXIONES teórico-metodológicas sobre investigaciones en población. México: El Colegio de México.

1989 *Capitalismo e social democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 330 p. SILVA, Paula Cristina.

1989 *As negociações coletivas dos metalúrgicos baianos em 1985, 1986 e 1987*. Salvador: CRH/CNPq/FINEP. 28 p. (Relatório parcial do projeto: Resposta sindical à automação). SOARES, José Arlindo.

1985 Os limites do novo sindicalismo no Nordeste. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS - GT CLASSE OPERÁRIA E SINDICALISMO, 9. Águas de São Pedro. São Paulo. SOARES, Maria José Sá.

1983 *Sindicalismo operário na Região Metropolitana de Salvador: o caso do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico da Cidade de Salvador*. Salvador: UFBA. Dissertação, p. 136. (Mestrado em Ciências Sociais).

SOUZA, Antonio Reinaldo S.

1984 *Greves operárias na Bahia: 1983*. Salvador: Maria Quitéria, p. 17-23.

SPINDEL, Cheywa.

1987 Formação de um novo proletariado: as operárias do Distrito Industrial de Manaus. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo: ABEP, v.4, n.2, jul./dez. p. 1-38. TEIXEIRA, Ana Maria Freitas.

1989 *As mobilizações dos trabalhadores metalúrgicos baianos: 1985/1987*.

Salvador: CRH/CNPq/FINEP. 34 p. (Relatório parcial do projeto: Resposta Sindical à automação). TEIXEIRA, João Gabriel L.C.

1985 *Multinacionais e peleguismo no Brasil: o caso do sindicato dos metalúrgicos de Salvador, Bahia*. Brasília: UNB. (Sociologia, 47), p. 8.

1989 *Os metalúrgicos de Salvador: um estudo de ideologia operária*. Brasília: Universidade de Brasília, 191 p. TOURRAINE, Alain.

1989 *A palavra e o sangue*. São Paulo: EDUNICAMP/Trajectoria Cultural, 578 p.